

**Livro didático e ensino de história local no ensino fundamental**

Isabelle de Luna Alencar Noronha\*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivos: discutir o cenário político-educativo atual, tendo foco na política nacional do livro didático, o livro didático e o ensino de história local no ensino fundamental, para tanto se aponta em autores como Fonseca (1993), Nosella Lourdes (1981), Bittencourt (2000), Höfling (2000) dentre outros, e em documentos oficiais do MEC; apresentar e discutir um projeto educativo do Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC, uma organização não governamental que prima pela preservação da memória e dos lugares da memória no estado do Ceará, oferecendo às escolas material didático-pedagógico como alternativa para o ensino de história local.

**Palavras-chave:** Livro didático, ensino, história local

**Abstract:** The present article has for objectives: to argue the current politician-educative scene, having focus in the national politics of the didactic book, the didactic book and the local education of history in basic education, for in such a way is arrived in port in authors as Fonseca (1993), Nosella Lourdes (1981), Bittencourt (2000), Höfling (2000) amongst others, and in official documents of the MEC; to present and to argue an educative project of the Institute of the Memory of Pertaining to the state of Ceará People - IMOPEC, a not governmental organization that cousin for the preservation of the memory and the places of the memory in the state of the Ceará, offering to the schools material didactic-pedagogical as alternative for the local education of history.

**Keywords:** Didactic book, education, local history

*História, narrativa, ciência, disciplinas...  
Professor leitor, historiador, decodificador...  
Ensino, reprodução, produção, inovação...  
Passado, presente, futuro...  
Que horizontes descortinar?  
Sônia Maria Leite Nikitiuk*

Um dos grandes desafios dos educadores do século XXI é a concretização de políticas idealizadas, discutidas e aprovadas em fins do século XX. A década de 1980 trouxe ao debate temas como autonomia, participação e cidadania. Neste contexto associações e sindicatos foram criados e/ou reestruturados com a efetivação do processo de transição do governo militar para o civil, cujo ápice foi a Constituição Federal de 1988.

Em razão de toda esta efervescência a década de 1990 inicia-se com o desejo de implementação de um novo projeto político-educativo e econômico para o Brasil, com melhor distribuição de renda, mais trabalho, respeito a diferentes credos, o direito à livre expressão e, no campo educativo, os anseios democráticos entendem a educação como direito inalienável do cidadão, deve ser pública, gerida com a participação popular e financiada pelo Estado. No

---

\* Mestranda em Educação – UFPB; Bolsista FUNCAP

entanto, no momento histórico em que tais anseios colocam-se como viáveis parecem ser tragados pelas forças capitalistas que, sob uma falsa democracia, buscam a preservação de seus espaços.

Sob a égide do neoliberalismo, o Estado passa a se desfazer de suas funções sociais, tornando-se cada vez mais “mínimo”. Também passam, governos e instituições internacionais, a uma nova forma (mais eficaz?) de exercício de poder sobre a escola, não mais pela força militar, mas pela vigilância. O fato é que a década em tela foi marcada pela penetração de dinheiro internacional no campo educativo, principalmente depois da participação do Brasil na Conferência de Jomtien na Tailândia., quando se adotou o lema “todos pela educação de qualidade para todos”. Faltou apenas qualificar a qualidade, sendo caracterizada pelo menos no Brasil em seu aspecto quantitativo.

Em 1996, tem-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1997, o MEC faz chegar até as escolas de Ensino Fundamental os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), cujo objetivo propagado é imprimir em todo território nacional uma educação de qualidade. Junto a este, têm-se os programas avaliativos, as escolas passam a ser avaliadas de acordo com os PCN’s; o Programa Nacional do Livro Didático<sup>1</sup> (PNLD) instituído em 1985, assume na década de 1990 grandes proporções, sendo administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Dados do MEC apontam que entre os anos de 1994 e 2003, o PNLD adquiriu, para utilização nos anos letivos de 1995 a 2004, um total de 915,2 milhões de unidades de livros, distribuídos para uma média anual de 30,8 milhões de alunos, matriculados em cerca de 172,8 mil escolas públicas de ensino fundamental, o investimento foi de R\$ 3,2 bilhões, em 2007 serão investidos mais de meio bilhão de reais.

Na realidade, em caráter “compensatório” e “político”, o governo sempre atuou com programas como a merenda escolar, transporte escolar e por vezes material, alegando que as famílias não tinham como suprir tais necessidades da criança em idade escolar, mascarando a questão do desemprego, da fome e da miséria.

Um estudo de Höfling (2000) mostra que a distribuição de cerca de 85 milhões de livros didáticos em 1997 coloca este programa entre os maiores do mundo. Segundo esta autora, o livro didático é considerado essencial no interior da política pública de educação, tanto como estratégia para referendar a política oficial, como, pela sua ampla distribuição.

---

<sup>1</sup> Este programa, embora não com as atuais configurações e proporções, teve vários nomes desde 1929 quando o governo brasileiro criou um órgão específico para legislar sobre a política do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL).

Este, se de boa qualidade, pode interferir positivamente no processo pedagógico. Ela chama a atenção a uma análise numérica detalhada que mostra a centralidade de recursos em um pequeno número de editoras.

O processo de seleção dos livros do PNLD obedece a um edital do MEC, as obras inscritas passam por processo de avaliação e retornam às editoras com as devidas considerações para poderem ser aceitas e constarem no Guia de Livro Didático, instrumento que chega aos professores para que possam fazer suas escolhas<sup>2</sup>. O MEC encomenda os livros, compra-os e os envia às escolas através dos correios. Desta forma, segundo Freitag, Costa e Motta (1989:52) o Estado interfere no processo de produção do livro didático na entrada, ou seja, na fase de planejamento da mercadoria livro, determinando o seu conteúdo, e na saída, isto é, no final do processo produtivo, transformando-se em seu comprador.

No meio deste processo, está o *professor*, que deve (ou deveria) escolher o livro para que possa ser usado com qualidade e competência durante o ano letivo. A este profissional, no entanto, remete os problemas do Sistema Educacional Brasileiro, situação agravada pelos fatores de falta de tempo para atividade tão importante, condição de vida e má formação docente inicial e continuada.

Tratando do livro didático de história, Wasserman (2000) reconhece a competente atuação dos profissionais da equipe de pareceristas do MEC, mesmo não desconsiderando os interesses editoriais. Enfatiza que os processos de ensino e aprendizagem não dependem apenas do livro didático, mas da metodologia escolhida e das finalidades da educação, e que fatores como a má formação docente influem negativamente na escolha e uso de materiais didáticos no âmbito escolar.

Vários estudos com diferentes objetivos já foram feitos sobre o livro didático<sup>3</sup>, mostrando textos de qualidade duvidosa, com mensagens gráficas e visuais tendenciosas, que reforçam o racismo, a discriminação e a exclusão, transmitindo valores e conceitos que servem para aprofundar e reforçar as diferenças econômicas e sociais.

*A escola como instituição constituiu-se em um espaço que reproduz o saber, o saber institucionalizado, produzido cientificamente, legitimando uma verdade, uma história, um sonho, um desejo, excluindo, para tanto, outras verdades, outras histórias, diferentes sonhos, diferentes desejos. Especializou-se em homogeneizar, em tornar igual, em considerar todos com os mesmos sentimentos e desejos, produzindo o medo de criar, de ser como se é, diferente e único. (LUCINI, 1999: 89)*

---

<sup>2</sup> Neste momento, trava-se nas escolas uma verdadeira guerra entre as editoras com oferecimento de brindes aos professores e por vezes acordos com direção da escola e secretarias de ensino.

<sup>3</sup> Destaque para Nosella (1981) que buscou identificar as mensagens ideológicas presentes nos livros didáticos.

Os livros didáticos adquiridos pelo PNLD devem estar de acordo com as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, supracitados, verdadeiros guias didáticos com resgate histórico de cada disciplina, objetivos gerais e objetivos específicos da área, metodologias, conteúdos e critérios de avaliação.

O PCN's marcam o retorno da História e da Geografia como disciplinas autônomas no currículo escolar a partir das séries iniciais do Ensino Fundamental. Estas haviam sido tolhidas de suas especificidades na LDB 5692/71, durante o governo militar, que as transformou em Estudos Sociais, aliando-as a outras disciplinas como Organização Social e Política da Educação Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica, cujo objetivo era imprimir respeito e amor à pátria e tentar romper o cunho questionador e político de tais disciplinas. É válido salientar o papel da ANPUH e da AGB nesta conquista.

O ensinar história é uma atividade que muda constantemente em conteúdo e fazer pedagógico,

*O objeto em si (o “fazer histórico”) é transformado pelas mudanças sociais, pelas novas descobertas arqueológicas, pelo debate metodológico, pelo surgimento de novas documentações e por muitos outros motivos. A ação pedagógica muda porque mudam seus agentes: mudam os professores, mudam os alunos, mudam as convenções de administração escolar e mudam os anseios dos pais. Ainda que a percepção sobre as mudanças na escola sejam mais lentas do que as de outras instituições da sociedade, ela certamente muda, e, eventualmente, até para melhor. (KARNAL, 2003:9)*

O que não muda é o caráter político e interdisciplinar desta área do conhecimento. De alguma forma, todas as outras áreas estão a ela conectadas, a matemática, a geografia, a língua portuguesa e as demais. No entanto, esta, ainda é considerada como “decorativa” e pouco interessante. Por quê?

Uma rápida análise de sua história evidencia a sua vocação política bem como a pouca importância (proposital?) que adquiriu no cenário educativo escolar. Segundo Bittencourt (2000), a história como disciplina foi criada no século XIX, para legitimar a formação do Estado–Nação e constituir a identidade nacional, o papel da escola elementar era o de modelar um novo tipo de trabalhador, o cidadão patriótico. A história ensinada compreendia História Civil (pretextos cívicos) articulada a História Sagrada (moral cristã).

A partir de 1870, com a ampliação dos programas curriculares há a incorporação das disciplinas de Ciências Físicas, de História Natural, bem como a inclusão de tópicos sobre História e Geografia Universal, História do Brasil e História Regional. Os conteúdos possuindo caráter eurocêntrico, com um repertório de heróis e seus feitos, reis, rainhas e acontecimentos militares,

*... a História do Brasil, durante muitos anos, foi tratada nos programas de ensino como pequeno apêndice da História Universal. À medida que o país se europeíza, deixa de ser “bárbaro”, “atrasado”, e começa a se organizar “a imagem da Europa”, ele começa a “entrar na História” e conseqüentemente passa a ser parte mais significativa dos programas de ensino. (FONSECA, 2001:51)*

Com métodos de ensino tradicional, mnemônico e materiais didáticos escassos, os livros didáticos tornaram-se ao longo do tempo os principais aliados dos mestres no ensino de história. A tradição positivista deposita no registro oficial, portanto, nos livros, a garantia de objetividade e verdade dos fatos, os alunos que assim aprendem, colocam nos livros e nos professores as certezas do conhecimento.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, com a educação tida como importante ferramenta no nacional-desenvolvimentismo, tem-se o predomínio dos estudos sociais.

Desde sua constituição no século XIX, a História tem sido pensada como mecanismo de legitimação cultural e servido à formação de pensamentos e ações de determinada ideologia. Mudanças significativas só vieram na década de 1980, na esteira dos processos de redemocratização do país, com a volta da História e da Geografia aos currículos. A História fortemente influenciada pelo movimento da “Nova História”, tem se enriquecido e ampliado com a introdução de métodos e abordagens de outros campos das Ciências Sociais, dentre elas a Antropologia, a Sociologia e a Psicanálise.

*...a Nova História interessa-se praticamente por toda a atividade humana, estando preocupada com as pessoas comuns e com as mentalidades coletivas, substitui ou complementa a narrativa com a análise das estruturas e considera como fontes todo tipo de vestígio deixado pelo homem, além de criticar as fontes oficiais porque expressam o ponto de vista oficial. (CRUZ, 2001:73)*

Busca-se um ensino mais crítico, capaz de despertar criatividade, de mobilizar ações de transformação social e novos objetos de estudos que não sejam os heróis do passado e não necessariamente o jogo frio da luta de classes pelo domínio do poder político e das estruturas econômicas. Para tanto, uma das questões necessárias é a abordagem da História local no ensino.

A História local permite ao educando um referencial analítico para compreensão da dinâmica social, percebendo-se parte integrante da história, não simples espectador do ensino desta, mas objeto e sujeito, construtor de fatos e acontecimentos que não são lineares, mas permeados de continuidades e descontinuidades próprias do processo histórico.

O PCN's<sup>4</sup> de História coloca que, dentre outros, o ensino desta disciplina deve ter por objetivos: possibilitar ao aluno a identificação do próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços; valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia. Para tanto, agrupa os conteúdos a serem trabalhados em eixos temáticos: História local e do cotidiano, a ser abordado no primeiro ciclo do Ensino Fundamental; História das organizações populacionais, no segundo ciclo. Isto implica numa renovação metodológica no ensino de História, esta deve possibilitar a professores e alunos refletirem sobre seus papéis sociais.

Com relação a estas novas orientações, no ensino de História local é importante não perder o nexos com a totalidade histórica, estudando o cotidiano pelo cotidiano,

*Sugerimos que se trabalhe dialeticamente relações com o novo e o velho, o tradicional e o moderno, o local e o universal para vivenciarmos situações que nos possibilitem o contato com relações temporais ou espaciais; que dêem conta do passado e presente, do ontem e hoje, do próximo ou do distante, do que é essencial e do que é acessório. O importante é que os temas sejam significativos e que confirmem sentido à aprendizagem das crianças. (RIBEIRO & MARQUES, 2001:92-93)*

Convivendo com velhas práticas educativas é perceptível mudanças nos trabalhos desenvolvidos em escolas de ensino fundamental que privilegiam o ensino da História local e aproximam o aluno ao contexto de sua vivência, do seu cotidiano, da sua família. Tais trabalhos colaboram para que alunos tenham uma melhor compreensão de si mesmos como sujeitos históricos. A metodologia de Projetos<sup>5</sup>, por ser interdisciplinar, tem tido relevância nestas experiências e pode contar com amplas e variadas técnicas de ensino, o estudo bibliográfico, a história oral, o estudo do meio, o jogo dentre outras.

Os PCN's, em suas orientações didáticas, promovem uma prática pedagógica mais aberta e dinâmica, cujo foco é a formação do cidadão<sup>6</sup>. No entanto, em se tratando de História local, esta política encontra grandes desafios a serem superados. Um deles é que o Livro Didático não fornece elementos significativos que possam auxiliar o professor nesta tarefa. Numa tentativa de generalização, eles abordam aspectos próprios de uma determinada região, notadamente as mais desenvolvidas, para as outras. Depois de tanto tempo preterida em

---

<sup>4</sup>Embora muito criticado em meios acadêmicos, por sua imposição arbitrária no chão da escola, este documento é a realidade curricular em termos oficiais no ensino fundamental.

<sup>5</sup>A pedagogia de projetos cujo precursor foi John Dewey e seu discípulo Kilpatrick visa em oposição ao ensino intelectualista, ressignificar o espaço escolar, tornando-o vivo, aberto ao real.

<sup>6</sup>Segundo este documento, o objetivo do ensino fundamental é a formação do cidadão. Vale salientar que há distintas formas de identificação deste termo e que a escola deve primar pela construção do cidadão crítico, participativo e atuante na sociedade em que vive, apto à ação e transformação do ambiente.

relação aos acontecimentos mundiais (História Universal, História do Brasil) a História local precisa ser pesquisada, materializada em teoria, reconstituída e valorizada em seu entorno.

Segundo Lucini (1999) e Seffner (2000), o ensino de História deve oferecer aos alunos textos diferenciados, jornais antigos ou atuais e quaisquer outros produtos da mídia, como a música, a obra de arte, a poesia, o filme, arquivos públicos e pessoais, etc., a reconstrução da história local pode ser colocada nestes parâmetros, para tanto, o professor deve estar preparado para a proposição de tais atividades. Como isto é possível de ser concretizado?

No livro “História Viva: a história que cada aluno constrói” encontra-se a seguinte declaração,

*Compreendi que a mudança do conteúdo, seja ele crítico, libertador, inovador, multicultural, inspirado na ‘Nova História’ ou não, por si só não garante que o aluno experimente os problemas propostos, ou seja, que ele se envolva na construção do conhecimento em sala de aula. (MEIRNERZ, 2001:84)*

Então, o que é preciso ser feito?

Para envolver o aluno, o professor precisa se envolver primeiro. Tratando-se especificamente do ensino de História local pode-se indagar: o que ele sabe da localidade em que leciona? De seus alunos? Da cidade, vila ou Estado? Qual a sua identidade social e cultural com este lugar? Onde buscar subsídios para o ensino da História local?

No Estado do Ceará ações de uma organização não governamental têm contribuído para o resgate, registro e divulgação e ensino da História local.

O IMOPEC – Instituto da Memória do Povo Cearense, uma ONG, sem fins lucrativos, fundado em 1988, tem por princípio “estimular a recuperação e a atualização da memória do povo cearense em sua diversidade e contribuir para a construção de suas identidades como sujeito histórico”. Com sede na capital do Estado do Ceará, este consegue agregar, através do Curso à distância “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”, alunos e profissionais de quase todas as regiões do Estado. Assim, através de seus cursistas e outras fontes, recolhe, cataloga e realiza publicações cujo objetivo é a preservação/divulgação da História local.

Em 2006 apresentou um desafio aos seus alunos/cursistas, a grande maioria professores, coordenadores de escolas (públicas e privadas), universitários graduandos de História e/ou outros cursos, e pessoas interessadas<sup>7</sup>: o desenvolvimento de jogos pedagógicos a serem utilizados nas escolas para que alunos do ensino regular possam conhecer de forma

---

<sup>7</sup> O curso oferecido é aberto a quem dele quiser participar bastando apenas entrar em contato com o IMOPEC e formar um grupo de no máximo 05 pessoas dentre as quais uma fica como coordenadora, responsável por manter o grupo integrado a ONG.

dinâmica e prazerosa a história e os lugares da memória do Estado do Ceará, incentivando o ensino da História local nas escolas.

Em oficina pedagógica, que contou com a participação de 33 professores, de diversos municípios do Estado do Ceará, este trabalho foi feito. Posteriormente, o IMOPEC encarregou-se da publicação de cartilhas e confecção de jogos pedagógicos que atualmente estão em uso, em caráter experimental, em escolas-laboratórios.

Os Jogos “Bingo Cultural do Ceará”; “Descobrimo o Ceará” e “Trilha da Cultura Cearense”, têm por objetivo levar às Escolas, através do lúdico, dados e informações sobre o patrimônio cultural cearense; estimular alunos e professores a descobrir e valorizar os lugares da memória de seus municípios.

Os jogos elaborados constituem-se em material didático de boa qualidade editorial e pedagógica, traz fotografias identificadas por um pequeno resgate histórico-cultural, a ser ampliado e/ou re-significado nas salas de aula. Como resultados iniciais pode-se falar da empolgação de alunos, tanto pela ludicidade presente nesta técnica de ensino, como pelas descobertas proporcionadas; da edificação de pequenos centros de referência e preservação da memória e da cultura local nas escolas com os acervos formados pelas fontes coletadas e selecionadas pelos próprios alunos e professores.

Com a abordagem da História local os alunos passam gradativamente a observar e perceber o significado de obras materiais construídas no passado; a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isolada do mundo, mas como parte processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais; que estas identidades são diversas, mas todas merecem respeito.

Os Jogos propostos pelo IMOPEC, assim como os livros Didáticos doados pelo PNLD, têm suas limitações, como qualquer material didático-pedagógico, o que vai importar é uso que deles serão feitos no espaço escolar.

*A elaboração dos livros didáticos responde a um sem número de questões que nem sempre dizem respeito aos avanços da disciplina; existem interesses editoriais, circulação, problemas de tempo e falta de pessoal atualizado nas discussões acadêmicas para a realização de tais tarefas. Nessa medida, a atualização, os debates teóricos, a intensificação da capacidade crítica dos alunos deve ser feita pelo professor através da prática didática e, somente na medida do possível, através do livro de aula. (WASSERMAN, 2000:255)*

A experiência do IMOPEC parte da ação popular e pode contribuir neste debate oferecendo novas formas de abordagem ao ensino de História, especificamente de História local.

### **Referências bibliográficas:**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Propostas Curriculares de História: continuidades e transformações*. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá. (org.) **Os Currículos do Ensino Fundamental** Para as Escolas Brasileiras. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000 (coleção formação de professores).

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 5

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderly F. da; MOTTA, Valéria R. **O Livro Didático em Questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção educação contemporânea).

HÖFLING, Eloísa de Mattos. *Notas para discussão quanto a implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático*. In: **Educação e Sociedade**, Revista quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (cedes) Campinas: Cedes, 2000. n. 70.

IMOPEC. **Bingo Cultural do Ceará**. Fortaleza: IMOPEC, 2006 (Jogos Pedagógicos; 01).

\_\_\_\_\_. **Descobrimo o Ceará**. Fortaleza: IMOPEC, 2006 (Jogos Pedagógicos; 02).

\_\_\_\_\_. **Trilha da Cultura Cearense**. Fortaleza: IMOPEC, 2006 (Jogos Pedagógicos; 03).

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras**, a ideologia subjacente aos textos didáticos. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

KARNAL, Leandro (org.) **História na Sala de Aula**, conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

LUCINI, Marizete. **Tempo, narrativa e ensino de História**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MEINERZ, Carla Beatriz. **História Viva: a história que cada aluno constrói**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado; Marques, Marcelo Santos. **Ensino de História e Geografia**. 2 ed. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001 (Coleção para professores das séries iniciais. V.1)

SEFFNER, Fernando. *Teoria, metodologia e ensino de História*. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos [et al] (orgs.) **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2000.

WASSERMAN, Cláudia. *O livro didático: aspectos teórico-metodológicos relevantes na sua produção*. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos [et al] (orgs.) **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2000.